



# CONVITE

---

Ajuste Direto para “Aquisição de serviços de  
Clipping para o Instituto Politécnico de  
Tomar ”

**AD nº 02/IPT/2025**

## Índice

---

Artigo 1.º - Identificação do Procedimento e seu objeto .....	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante .....	3
Artigo 3.º - Órgão da Decisão de Contratar .....	3
Artigo 4.º - Fundamento para a escolha do procedimento .....	3
Artigo 5.º - Documentos que constituem a proposta .....	4
Artigo 6.º - Prazo e Modo de Apresentação da proposta .....	4
Artigo 7.º - Caução .....	4
Artigo 8.º - Negociação .....	5
Artigo 9.º - Critério de Adjudicação .....	5
Artigo 10.º - Documentos de Habilitação .....	5
Anexo A	
Anexo B	

## CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

### **Artigo 1.º - Identificação do Procedimento e seu objeto**

---

O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de serviços de Clipping para o Instituto Politécnico de Tomar.

### **Artigo 2.º - Entidade Adjudicante**

---

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico de Tomar, abreviadamente designada por IPT, sita na Estrada da Serra, na Quinta do Contador, 2300-313 Tomar, com o número de telefone 249 328 215 e número de fax 249 346 572 e com o endereço de correio eletrónico [aprovisionamento@ipt.pt](mailto:aprovisionamento@ipt.pt).

### **Artigo 3.º - Órgão da Decisão de Contratar**

---

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente do IPT, no exercício de competência própria definida pela alínea b), do n.º 1, do art.º 17º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (mantida em vigor pela alínea f), do n.º 1, do art.º 14º, do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro.

### **Artigo 4.º - Fundamento para a escolha do procedimento**

---

O presente convite é efetuado ao abrigo do ajuste direto nos termos da alínea a), do n.º 1 do art.º 16.º, do n.ºs 1 e 2, do art.º 17.º e da alínea d), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.

## Artigo 5.º - Documentos que constituem a proposta

---

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP e reproduzido no **ANEXO A** do presente convite.
  - b) A Proposta deve indicar os seguintes elementos:
    - i. Preço mensal e global, sem IVA;
    - ii. Valor do IVA;
    - iii. Descrição dos serviços a executar;
    - iv. Descrição dos métodos utilizados para a execução dos serviços;
    - v. Duração da prestação do serviço;
    - vi. Condições de pagamento.
2. Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem relevantes para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, donde resulta que, os mesmos terão obrigatoriamente de respeitar aos atributos da proposta, de acordo com a qual se dispõe a contratar.

## Artigo 6.º - Prazo e Modo de Apresentação da proposta

---

As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas até às 23:59 horas, do **8º dia consecutivo** após envio do presente da plataforma de contratação eletrónica <https://www.acingov.pt/>.

## Artigo 7.º - Caução

---

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

### **Artigo 8.º - Negociação**

---

Não haverá lugar à negociação das propostas.

### **Artigo 9.º - Critério de Adjudicação**

---

Não aplicável.

### **Artigo 10.º - Documentos de Habilitação**

---

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **3 (três) dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP e reproduzido no **ANEXO B** do presente convite;
  - b) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55º do CCP;
  - c) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55º do CCP;
  - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

- e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- f) Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE).

2 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

### **Artigo 11.º - Contrato**

---

O contrato resultante do presente procedimento, considerando o valor, não será reduzido a escrito.

## Anexo A

---

### ANEXO I

#### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>.. (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup> :

a) ...

b) ...

---

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup> ].

---



(<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(<sup>3</sup>) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(<sup>4</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## Anexo B

### ANEXO II

#### Modelo de declaração

#### [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3) ] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5) ].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

**Sede · Tomar**

Quinta do Contador  
Estrada da Serra  
2300 - 313 Tomar  
Telf: 249 328 100  
sec-presidencia@ipt.pt  
www.ipt.pt

**Pólo · Abrantes**

Rua 17 de Agosto  
de 1808, n.º 26  
2200 - 370 Abrantes  
Telf: 241 379 500

